

Recebemos em 15.4.2016.
Joel P. S. Júnior

Ministério Público Federal
Procuradoria Geral da República
Joel Pereira de Souza Júnior
Central de Atendimento ao Cidadão - CAC
Matrícula: 2507-1



Exma. Sra.

Dra. IZABELLA MÔNICA VIEIRA TEIXEIRA

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Ministra de Estado de Meio Ambiente

Cc:

OFÍCIO P/ASC-002-1804/2016

Exmo. Sr.

Dr. RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

Procurador Geral da República

MMA - Protocolo GABIN	
Nº 8210/16	
DATA 20/04/16	RUBRICA [assinatura]

Brasília, 14 de abril de 2016

Senhora Ministra,

A região amazônica é um dos biomas mais importantes do planeta e aquele mais rico em biodiversidade e área contínua de florestas tropicais. Análises de diferentes cientistas, especialistas em clima e meteorologia, associam as recentes secas da região Sudeste do Brasil ao comportamento da evapotranspiração produzida na Amazônia, e aos prejuízos causados pelo desmatamento a essa macrodinâmica sistêmica.

É sabido que corredores como a Ferrovia Carajás e obras de infraestrutura como grandes barragens hidrelétricas alteram radicalmente o perfil socioambiental e demográfico de regiões onde se instalam. Após os conflitos evidenciados pela implantação da UHE Belo Monte, no rio Xingu, e o desastre com uma barragem de rejeitos da empresa Samarco, destruindo a vida em toda a extensão do rio Doce, restou evidenciado que a gestão ambiental e de recursos hídricos, assim como os projetos de implantação de grandes estruturas devem ser repensados no País, passar pelo escrutínio da sociedade, das comunidades técnico-científicas e, particularmente, na região amazônica, tratar de forma mais zelosa, equilibrada e singular a interação com as comunidades.

A implantação dos comitês das principais bacias hidrográficas da região, a restauração e atualização do Plano Estratégico dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas, e a elaboração dos planos de recursos hídricos das bacias afluentes, é assim uma oportunidade e necessidade urgente, a ser trilhada e instaurada, por iniciativa dos

Ministério do Meio Ambiente
Recobido / CGGA/SEPRO

Data 18/04/16 13:10

[assinatura]



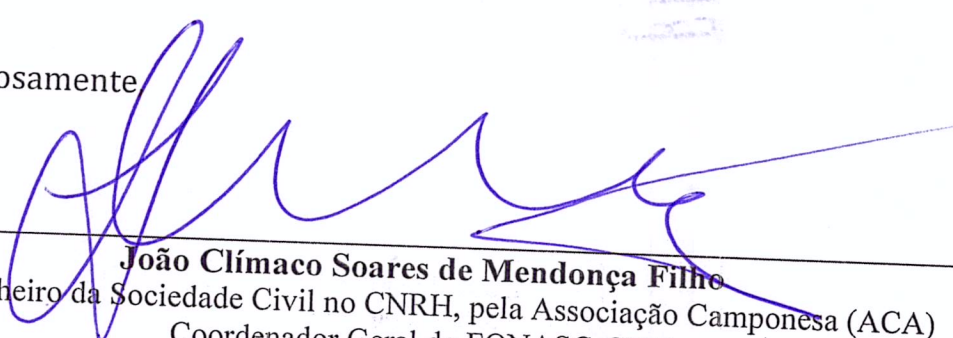
entes federativos afins, cumprindo diretrizes já exaladas pelos normativos já estabelecidos pelo próprio CNRH e em ações civis públicas recentes, pelas quais procuradores do Ministério Público Federal, notadamente, os Drs. Felício Pontes Junior, Felipe de Moura Palha e Silva e Thiago Cunha de Almeida (no Amapá); Fernando Merloto Soave e Rafael da Silva Rocha, no Estado do Amazonas; Marco Antônio Ghannage Barbosa, no Mato Grosso; Luísa Astarita Sangoi, Luís de Camões Lima Boaventura, Fabiana Keylla Schneider, Felipe Giardini e Rafael Klautau Borba Costa, no Pará; Rafael Luís Pereira Bevilaqua, em Rondônia; e Gustavo Kenner Alcântara e Fábio Sanches, em Roraima, promoveram recomendações objetivando o preceito e ação da criação de comitês de bacias hidrográficas, que, uma vez não instalados, têm sido desconsiderados pela ANA, na concessão de DRDHs, para a instalação de grandes projetos de infraestrutura hidrelétrica com consequências de grande escala e muitas das quais irreversíveis nesta delicada região, sob diferentes aspectos.

É indispensável que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a começar pela sua plenária e pelas câmaras técnicas relacionadas à matéria, tome conhecimento e debata a ação coordenada da Procuradoria Geral da República e dê um passo novo para a consolidação dos CBHs das bacias afluentes das margens direita e esquerda do Rio Amazonas.

Esta é uma oportunidade de concertação que proporcionará ao Brasil e à região a tranquilidade para se desenvolver de forma sustentável e com respeito aos preceitos democráticos e republicanos consagrados na Constituição Brasileira e na Lei 9433/97.

Assim sendo, os conselheiros abaixo assinados, solicitam a realização de reunião para tratar da matéria, e da qual participem os procuradores acima citados, para fazerem a exposição das respectivas ACPs.

Atenciosamente



João Clímaco Soares de Mendonça Filho
Conselheiro da Sociedade Civil no CNRH, pela Associação Camponesa (ACA)
Coordenador Geral do FONASC-CBH

ANEXO

Reprodução de informação constante do sítio eletrônico do MPF, acessada na primeira quinzena de abril de 2016: ACPs do MPF que, entre outros motivos, instigaram esta representação.

AMAPÁ

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LARANJAL DE OIAPOQUE/AP

Ação Civil Pública 0000399-79.2014.4.01.3102, com pedido liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na Bacia do Rio Oiapoque, até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos:

Procuradores da República: Felipe de Moura Palha e Silva e Thiago Cunha de Almeida.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE LARANJAL DO JARI/AP

Ação Civil Pública 0001478-96.2014.4.01.3101, com pedido liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na Bacia do rio Jari, até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos:

Procuradores da República: Felício Pontes JR., Felipe de Moura Palha e Silva e Thiago Cunha de Almeida.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual.

AMAZONAS

ACP 0016398-69.2014.4.01.3200, com pedido de liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na Bacia do Rio Solimões/Amazonas (inclusas bacias menores interligadas como do Rio Japurá e as da Margem Direita do Rio Amazonas (MDA), como dos Rios Javari, Jutai, Juruá, Purus e outros), até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação de seus respectivos Planos de Recursos Hídricos.

Procuradores da República: Fernando Merloto Soave e Rafael da Silva Rocha.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual.



ACP 0016399-54.2014.4.01.3200, com pedido liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na Bacia do Rio Negro (inclusos Rios Marié, Cubaté, Preto, Aracá, Unini, etc), até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos.

Procuradores da República: Fernando Merloto Soave e Rafael da Silva Rocha.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual.

MATO GROSSO

ACP 0018966-22.2014.4.01.3600, com pedido liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos na Bacia Hidrográfica do Rio Tapajós/Teles Pires, até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos.

Procuradores da República: Marco Antônio Ghannage Barbosa e Luís de Camões Lima Boaventura.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual.

PARÁ

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTARÉM/PA

ACP 0003790-67.2014.4.01.3902, com pedido liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), nos processos de licenciamento ambiental de usinas e empreendimentos na Bacia do Rio Trombetas, até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos.

Procuradores da República: Rafael Klautau Borba Costa, Fabiana Keylla Schneider e Luís de Camões Lima Boaventura.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual.

SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE REDENÇÃO/PA

ACP 0006365-39.2014.4.01.3905, com pedido liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA

emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), nos processos de licenciamento ambiental de usinas empreendimentos na Bacia Araguaia-Tocantins, até a implementação do correlato Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos.

Procuradores da República: Luísa Astarita Sangoi e Felipe Giardini.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual

RONDÔNIA

ACP 0015075-45.2014.4.01.4100, com pedido de liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) nos processos de licenciamento ambiental de usinas empreendimentos na Bacia do Rio Madeira, até a implementação do Comitê de Bacia Hidrográfica e aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos.

Procurador da República: Rafael Luís Pereira Bevilaqua.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual.

RORAIMA

ACP 0009976-85.2014.4.01.4200, com pedido liminar, em desfavor da Agência Nacional de Águas - ANA, a qual tem por objeto a obrigação de não fazer, no sentido de impedir que a ANA emita Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), nos processos de licenciamento ambiental de usinas empreendimentos na Bacia do Rio Branco, até a aprovação de seu respectivo Plano de Recursos Hídricos.

Procuradores da República: Gustavo Kenner Alcântara e Fábio Sanches.

Clique aqui, digite o número da ação e acompanhe o andamento processual.

Justiça de Manaus proíbe outorgas para empreendimentos na bacia do Amazonas

Atendendo a pedido do MPF, juíza ordenou que a ANA se abstenha de emitir Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica até a instituição do comitê da bacia
13/03/2015 às 15h23

<http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2015/justica-de-manaus-proibe-outorgas-para-empreendimentos-na-bacia-do-amazonas>

A Justiça Federal do Amazonas ordenou que a Agência Nacional de Águas (ANA) se abstenha de emitir Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) para qualquer empreendimento que esteja sendo licenciado na bacia dos rios Solimões e Amazonas enquanto não for instituído o Comitê de Bacia e aprovado o Plano de Recursos Hídricos, exigências da Lei das Águas (9.433/97) que não estão sendo cumpridas em nenhuma bacia hidrográfica na Amazônia.

Para a juíza Mara Elisa Andrade, responsável pela liminar, a ausência de planejamento quanto ao uso dos recursos hídricos de determinada bacia hidrográfica, por si só, evidencia o risco de dano irreparável ou de difícil reparação. "A corroborar essa premissa, basta a leitura atenta dos noticiários dos últimos seis meses, concernentes ao uso dos recursos hídricos do Reservatório Cantareira em São Paulo", diz na liminar.

"É possível concluir que a ANA está emitindo Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e sua conversão em outorga, nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos da bacia Solimões/Amazonas, com inequívoca violação à lei 9.433/97, porquanto inexistentes o Comitê Gestor, o Plano de Recurso Hídrico de Bacia Hidrográfica e, por consequência, qualquer fiscalização de metas necessárias à salvaguarda dos interesses públicos indisponíveis quanto ao uso equilibrado desses mesmos recursos", diz a decisão.

A decisão do Amazonas é a primeira concedida em um pacote de seis ações judiciais em que o MPF pede que a ANA seja proibida de emitir a chamada Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica para quaisquer empreendimentos que estejam em licenciamento nas bacias dos rios Tapajós, Teles Pires, Madeira, Ji-Paraná, Negro, Solimões, Branco, Oiapoque, Jari, Araguaia, Tocantins e Trombetas. A necessidade de planejamento no uso dos recursos hídricos é uma preocupação incluída na Constituição brasileira e, mesmo assim, nunca foi aplicada na Amazônia, onde está o maior volume de águas do país, tanto em corpos subterrâneos (aquíferos) quanto superficiais (rios).

O MPF cobra o cumprimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei das Águas (9.433/97). A Política trouxe, como principais fundamentos, a convicção de que "a água é um recurso natural limitado" (art. 1º, II) e de que, "em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais (art. 1º, III)". E tem, como objetivos, "assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos"; "a utilização racional e integrada dos recursos hídricos"; e "a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais".

A Política Nacional também instituiu que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Na Amazônia, onde boa parte da população tem a sobrevivência baseada nos rios, essa participação se torna ainda mais relevante. Mas sem comitês de bacia

instalados, não há participação, nem planejamento, os principais pilares da política. São os comitês de bacia, constituídos com participação social, que podem fazer o plano de uso dos recursos hídricos.

A ação tramita na 7ª Vara Federal do Amazonas, sob o número 16399-54.2014.4.01.3200.

Assessoria de Comunicação

(92) 2129-4734 ou 4679/ 98415-5277

pram-ascom@mpf.mp.br

facebook.com/MPFederal

twitter.com/mpf_am

MPF vai à Justiça em 6 estados para obrigar o planejamento do uso de recursos hídricos

Até que enfim, muito embora tardiamente, o MPF- Ministério Público Federal CONSOLIDOU entendimento sobre a necessidade de aplicação da legislação para os usos das águas nas bacias Hidrográficas na AMAZÔNIA e acionou o Governo para o cumprimento da legislação numa região marcada por inúmeros conflitos sobre os usos do patrimônio hídrico da NAÇÃO de maneira omissa e agressiva as populações ribeirinhas e ao Estado democrático de direito.

A firme atuação e denúncia feita pelo FONASC e parceiros, nas instâncias de gestão, em especial o CNRH, vem somar-se a ação do MPF e já vem desde a época em que enfrentamos forte resistência do governo, ao nosso parecer encaminhado a plenária do CNRH SOBRE informações insuficientes DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA MARGEM DIREITA DO RIO AMAZONAS aprovado, infelizmente, pela mesma e em janeiro 2011 com muitas insuficiências técnicas. Este arremedo de plano serviu para legitimar os abusos JÁ cometidos pelo próprio governo naquela região.

Em agosto desse ano o FONASC E ENTIDADES PARCEIRAS, novamente (veja) interpelou o CNRH sobre o assunto e tem enfrentado resistência das instâncias daquele colegiado para dar celeridade aos nossos pleitos sobre a região que poderá ser mais uma ferramenta para caracterizar a OMISSÃO dos membros daquele colegiado useiros e vezeiros em desqualificar as demandas da sociedade civil desvirtuando os PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS objetivos legais dessa instância de gestão....

O FONASC CBH transmitiu ao MPF nossos agradecimentos e cumprimentos pela iniciativa acerca da implementação de planos de bacias na Região Amazônica conforme notícia abaixo.

Também pedimos ao MPF considerar a necessidade de reforçar nossos esforços para instar o CNRH a tomar iniciativas em relação aos encaminhamentos que fizemos junto AQUELE COLEGIADOjá que cabe a ele a competência legal de autorizar, aprovar e implementar legalmente os planos de Bacias [Federais para que a ANA que os desenvolva.

Nosso receio é que a ANA argumente que tal iniciativa não foi engendrada junto a ela porque o CNRH não aprovou tal iniciativa até agora. Quando na verdade, pelos documentos anexos vemos que estamos tentando junto a essas instancias esses planos e, ao que parece, eles não priorizam tal reivindicação da representação das organizações civis com celeridade e com a importância que tem para as populações e as águas daquela região.

Nossas iniciativas junto a CTPNRH – Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos do CNRH e SRHU/MMA tem enfrentado pouco entusiasmo da Presidente dessa Câmara para que o CNRH assuma SEU PAPEL nessa prioridade.

Veja os demais documentos encaminhados ao CNRH e ANA EM

<https://docs.google.com/file/d/0B1iuOH2WJ2OCX05qcnM2Ny1IZGc/edit>
e <http://fonasc-cbh.org.br/?p=9756>

VEJA ABAIXO..

Na Amazônia, onde está a maior prte parte da água do país, a Agência Nacional de Águas nunca exigiu o planejamento do uso dos rios e mesmo assim concede outorgas
Data: 19/11/2014

Fonte: MPF-PA

O Ministério Público Federal apresenta hoje à Justiça Federal em seis estados da Amazônia um pacote de ações para proteger os recursos hídricos da região, até agora usados sem nenhum planejamento. A Agência Nacional de Águas vem outorgando direitos de uso de recursos hídricos de maneira ilegal, porque, em nenhum rio amazônico, foram instalados os comitês de bacia são responsáveis por planejar o uso das águas. Sem os comitês e sem planejamento, de acordo com a legislação brasileira, a ANA não poderia emitir nenhuma outorga.

"Podemos chamar hoje de o dia D em defesa das bacias hidrográficas. As ações foram impetradas com o propósito de assegurar que tenhamos água com suficiência e qualidade para a população brasileira. Numa sociedade de risco é preciso compartilhar decisões importantes com a sociedade. Esses comitês vêm satisfazer essa necessidade de ter participação popular, compostos pelos usuários da bacia, tanto que a lei prevê escutar populações indígenas e a Fundação Nacional do Índio", disse em entrevista coletiva hoje a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat.

Nas ações, o MPF pede que a ANA seja proibida de emitir a chamada Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica para quaisquer empreendimentos que estejam em licenciamento nas bacias dos rios Tapajós, Teles Pires, Madeira, Ji-Paraná, Negro, Solimões, Branco, Oiapoque, Jari, Araguaia, Tocantins e Trombetas. A necessidade de planejamento no uso dos recursos hídricos é uma preocupação incluída na Constituição brasileira e, mesmo assim, nunca foi aplicada na Amazônia, onde está o maior volume de águas do país, tanto em corpos subterrâneos (aquíferos) quanto superficiais (rios).

O MPF cobra o cumprimento da Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei das Águas (9.433/97). A Política trouxe, como principais fundamentos, a convicção de que "a água é um recurso natural limitado" (art. 1º, II) e de que, "em situações de escassez, o

uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais (art. 1º, III)". E tem, como objetivos, "assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos"; "a utilização racional e integrada dos recursos hídricos"; e "a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais".

A Política Nacional também instituiu que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Na Amazônia, onde boa parte da população tem a sobrevivência baseada nos rios, essa participação se torna ainda mais relevante. Mas sem comitês de bacia instalados, não há participação, nem planejamento, os principais pilares da política. São os comitês de bacia, constituídos com participação social, que podem fazer o plano de uso dos recursos hídricos.

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos, ciente dos riscos com a intensificação das atividades econômicas nos rios amazônicos, aprovou, em 2011, o que o MPF classifica de "arremedo" de planejamento, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas (PERH-MDA). O Plano previa que fossem instalados os comitês de bacia para que planejamentos fossem formulados para cada bacia. Mas até hoje, passados três anos, nenhum comitê foi instalado.

Questionada pela organização International Rivers Network, a ANA admitiu, em documento datado de setembro de 2014, que "não dispõe de acompanhamento sistemático da implantação do PERH-MDA". "De acordo com a Lei nº 9.437/97, em seu art. 37, cabe ao Comitê de Bacia o acompanhamento da execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugestão das providências necessárias ao cumprimento de suas metas. Como inexistente tal colegiado com atuação que abranja toda a região da MDA, foi criado pela Resolução CNRH nº 128/2011, um Colegiado Gestor com responsabilidade de auxiliar na implementação do PERH-MDA. Destaca-se que tal colegiado ainda não foi instalado.", diz o documento.

Mesmo assim, a agência vêm concedendo normalmente outorgas para usinas hidrelétricas, mineradoras e empreendimentos agropecuários, em flagrante violação da legislação. "A consequência das omissões e do arremedo de Plano de Bacia é que a ANA vem concedendo, no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos na Amazônia, Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH), e sua posterior outorga, sem levar em consideração a participação dos usuários e das comunidades e o uso múltiplo das águas, fato de graves repercussões", diz o MPF nas ações.

Diz a Lei de Águas: "Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes." Tudo vem sendo desrespeitado, principalmente em empreendimentos hidrelétricos na Amazônia.

"A falta de comitês de bacia e de planos de recursos hídricos de cada bacia hidrográfica na Amazônia faz com que a decisão administrativa seja centralizada, sem qualquer controle social. As águas da bacia ficam asseguradas a apenas um uso: para o setor elétrico. Todos os demais, como, por exemplo, transporte, turismo, abastecimento, dessedentação, etc ficam prejudicados. O prejuízo será sentido não só por esta geração, mas compromete

a utilização da água pelas futuras gerações", dizem os procuradores da República nas ações iniciadas hoje.

Para o MPF, o fato de vivermos atualmente uma crise de abastecimento de água de graves proporções no sudeste do país, assim como o desaparecimento de trechos inteiros do rio São Francisco, no nordeste, são alertas para o que pode ocorrer na Amazônia, a maior bacia hidrográfica do país e do mundo, se for mantido o atual padrão de total falta de planejamento e precaução.

"O que ocorre no sudeste e no nordeste é um vislumbre do risco que correm os rios da bacia Amazônica, em pior situação por nem sequer se observar a precaução obrigatória da gestão participativa dos recursos. E a Amazônia, como demonstra o conhecimento científico mais recente, é um ecossistema que funciona como regulador hidrológico para o continente sul-americano e principalmente, para as regiões sul, sudeste e centro-oeste do Brasil, diretamente beneficiadas pela umidade transportada da floresta", dizem as ações judiciais.

O MPF cita o recente relatório do professor Antônio Donato Nobre, que posiciona o ecossistema amazônico como o coração do ciclo hidrológico brasileiro, fornecendo umidade sobretudo para as regiões sul, sudeste e centro-oeste, que poderiam ser desérticas se não fosse a existência da floresta tropical ao norte. Para os procuradores da República, beira a irresponsabilidade o comportamento do governo brasileiro ao insistir em grandes empreendimentos nos rios amazônicos sem nenhuma espécie de planejamento sobre o uso dos corpos d'água.

No caso da bacia do rio Madeira, o MPF lembra que estão previstos mais três usinas hidrelétricas em um momento em que não se sabe ainda a influência das duas barragens já existentes (Jirau e Santo Antônio) na trágica enchente de 2014, que está sob investigação. "Se com apenas dois desses empreendimentos os desdobramentos chegaram a patamares nunca antes observados e ainda não se tem certeza da exata influência da construção das barragens nos acontecimentos, que dirá do impacto sinérgico deles com mais outros três (um deles, inclusive, com porte semelhante)? Qual o tamanho da irresponsabilidade governamental?", diz a ação ajuizada em Rondônia.

Além da ação em Porto Velho, sobre a bacia do rio Madeira, foram ajuizadas ações em Manaus, sobre as bacias do Negro e do Solimões, em Boa Vista, sobre a bacia do rio Branco, em Cuiabá, sobre a bacia dos rios Tapajós e Teles Pires, em Oiapoque e Laranjal do Jari, sobre os rios Jari e Oiapoque, em Redenção, sobre a bacia Araguaia-Tocantins e em Santarém, sobre o rio Trombetas.

Link: <http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/mpf-vai-a-justica-em-6-estados-para-obrigar-o-planejamento-do-uso-de-recursos-hidricos>

Veja também: http://noticias.pgr.mpf.mp.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/mpf-vai-a-justica-em-seis-estados-para-obrigar-o-planejamento-do-uso-de-recursos-hidricos

Veja a íntegra de todas as ações

ACP Bacia do Madeira: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_BaciadoMadeira.pdf

ACP Bacia do Negro: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_Rio_Negro.pdf

ACP Bacia do Solimões: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_Rio_Solimoes.pdf

Solimoes.pdf

ACP Bacia do Branco: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_Bacia_Branco.pdf

ACP Bacia do Oiapoque: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_Bacia_Oiapoque.pdf

ACP Bacia do Jari: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_Bacia_Jari.pdf

ACP Bacia do Tapajós-Teles Pires: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/acp%20Bacia%20Hidrografica%20Tapajos-Teles%20Pires_versao%20final.pdf

ACP Bacia do Araguaia-Tocantins: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_Bacia_Araguaia_Tocantins.pdf

ACP Bacia do Trombetas: http://www.prpa.mpf.mp.br/news/2014/arquivos/ACP_Bacia_Trombetas.pdf

Ministério Público Federal no Pará

Assessoria de Comunicação

Fones: (91) 3299-0148 / 8403-9943 / 8402-2708

ascom@prpa.mpf.gov.br

<http://www.prpa.mpf.mp.br>

http://twitter.com/MPF_PA

Secretaria de Comunicação Social Procuradoria-Geral da República (61) 3105-6404/6408 Twitter: MPF_PGR facebook.com/MPFederal

FONASC-CBH

Escritório Brasília

061 37028170 e 9999-6191

FONASC REIVINDICA ATUALIZACAO E INFORMACOES SOBRE PLANOS DA MARGEM DIREITA DA BACIA DO AMAZONAS E ARAGUAIA TOCANTINS NA 78ª Reunião da CTPNRH

DENTRE OS INSTRUMENTOS DA POLITICA DE RECURSOS HIDRICOS A IMPLEMENTACAO DOS PLANOS DE BACIAS SAO DE IMPORTANCIA ESTRATEGICA POIS TENTAM FUNDAMENTAR BASE LEGAL PARA A IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS QUE HOJE SE MOSTRA QUESTIONAVEIS SIB PONTO DE VISTA ECONOMICO AMBIENTAL E SOCIAL , EIVADOS QUE ESTAO DE DESVIOS LEGAIS E LEGITIMADOR DE INTERESSES PRIVADOS .

TEM SIDO UMA CONSTANTE O ESFORCO DAS REPRESENTACOES DO FONASC NO CNRH , AO LONGO DO TEMPO , PARA QUE A ADOCAO DESSE INSTRUMENTO HOUVESSE DE MANEIRA A NAO LEGITIMAR ILEGALIDADES E AGRESSOES AO MEIO AMBIRNTE E AOS GRUPOS SOCIAIS NOTADAMENTE NAS BACIAS DO ARAGUAIA TOCATINS E AMAZONAS. O QUE VEIO A ACONTECER COM A APROVACAO PELO CNRH DOS PLANOS QUE DENOMINAMOS NA EPOCA PLANOS MEIA SOLA PARA REGIAO AMAZONICA E TOCANTINA ATRAVES DAS RESOLUCOES.. A Resolução nº 128, de 29 de junho de 2011 QUE Aprovou o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Amazonas e a Resolução nº 101, de 14 de abril de 2009 que aprovou o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia. E a Resolução nº 129, de 29

de junho de 2011 que Estabeleceu diretrizes gerais para a definição de vazões mínimas remanescentes. Esta ultima veio mostrar o terrível engodo que na verdade serviu-se do CNRH para facilitar a travessia de facilitação para legitimação e implantação de empreendimentos minerários em terras indígenas na área de implantação DA UHE BELO MONTE conf publicamos no site <http://fonasc-cbh.org.br/?p=9496> – Um péssimo e nefasto uso desse instrumento da politica das aguas associado a uma grande desinformação social sobre os instrumentos de gestão das aguas

A APROVACAO dessas resolucoes aconteceu a revelia das constantes manifestações da representação do FONASC quanto aos riscos á comunidades e ao Estado de Direito expressadas atraves dos documentos e avaliaoões do FONASC constantes nos pareceres http://fonasc-cbh.org.br/?wpfb_dl=17 e http://fonasc-cbh.org.br/?wpfb_dl=75

ATRAVES DO RELATÓRIO E DOCUMENTACAO E e Encaminhamentos na 78ª Reunião da CTPNRH DE 13 DE NOVEMBRO ESTAMOS ENGENDRANDO ESFORÇOS PARA REVISAO DESSES NORMATIVOS CONFORME SOLICITACAO AFIRMADA NA CTPNRH CONSTANTE NO RELATO E PROGRAMACAO DAS ATIVIDADES DESSA CAMARA ABAIXO

Prezados,

Conforme solicitado na reunião da CTPNRH realizada em 13 de novembro de 2013, segue em anexo: a apresentação do MPOG; o Informe sobre a Execução das Prioridades do PNRH para 2012-2015; a tabela de prioridades da CTPNRH e a proposta de enquadramento da Bacia do Rio Paranaíba.

Os encaminhamentos para a próxima reunião:

- Reunião conjunta da CTPNRH com a CTPOAR para discutir a proposta de enquadramento da Bacia do Rio Paranaíba (em anexo);
- Apresentação da Minuta de Resolução da instância de acompanhamento dos planos, formada pelo grupo: Adriana Lustosa (SRHU); José Luiz Zoby (ANA); João Clímaco (ONG); Zeila Piotto (Indústrias) e Lucia Minervino (MME);
- Relato sobre o andamento do Plano de Bacia do Alto Paraguai;
- Apresentação do ZEE (SRHU);
- Apresentação do Plano Estadual de SP;
- Contribuições da CTPNRH ao Programa Gestão e Conservação do PPA (disponível no link que está ao final da apresentação do MPOG em anexo);
- Apresentação do Plano da margem direita do Amazonas; e
- Eleição da presidência da CTPNRH.

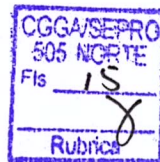
Informamos ainda o cronograma de reuniões de 2014 da CTPNRH: 11 e 12 de fevereiro 2014 (essa data será confirmada com a CTPOAR e informada aos membros); 08 e 09 de abril de 2014; 05 e 06 de agosto de 2014; 07 e 08 de outubro de 2014; 02 e 03 dezembro de 2014.

Qualquer dúvida ou informação adicional, favor entrar em contato com Juliana Guedes C. Bezerra – relatora da CTPNRH, pelo telefone (61) 2028-2626 ou pelo e-mail: juliana.bezerra@mma.gov.br.

Atenciosamente,

Secretaria Executiva do CNRH

Consulte a Agenda de reuniões do Conselho em nossa página na internet



www.cnrh.gov.br/agenda/main.htm

Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente

Parecer Fonasc Margem Direita do rio Amazonas

Ref.: "Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica - Afluentes da Margem Direita – PERH-MDA", elaborado pela Agência Nacional de Águas/ANA

Pedido de Vista: FONASC-CBH – Cons. João Clímaco Soares de Mendonça Filho

Parecer: Assessoria Jurídica do FONASC-CBH – Otávio Gonçalves Freitas

I. DO PEDIDO DE VISTA – Justificativas

....

conforme verbalmente ressaltado na última Reunião Ordinária do CNRH, de DEZ/2010, as justificativas que fundamentaram o Pedido de Vista perpetrado e o presente Parecer são as seguintes:

A primeira delas alicerça-se na necessidade de aferição quanto à observância, aliás, imperiosa, dos ditames legais emanados da Lei nº 9.433/97 e, no particular, daqueles dispostos nos Incisos V e VI, do seu Art. 1º; no Caput e Incisos, do seu Art. 7º; e, no Caput do seu Art. 8º, respectivamente;

A segunda delas alicerça-se na necessidade de aferição quanto à observância, aliás, imperiosa, dos ditames legais emanados pela Resolução nº 17/2001 e, no particular, daqueles dispostos nos seus Arts. 4º, 6º, 7º e 8º, respectivamente;

A terceira delas, e independentemente das premissas supra/retro, alicerça-se no direito/dever do Conselheiro de, antes da prolação de seu voto e na existência de dúvida(s) não esclarecidas, bem analisar os temas/matérias/propostas submetidas à sua aprovação.

Assim, e considerando a existência de fundadas dúvidas, não esclarecidas pela ANA quando da apresentação do Plano em comento, coube ao Conselheiro exercer o seu legítimo direito de solicitar vista, devidamente justificada, com o intuito único de bem analisar, com detalhe e aprofundamento, a matéria em discussão.

II. DOS IMPEDIMENTOS LEGAIS

II.1. Bacia Hidrográfica - Unidade Básica de Planejamento - INOBSERVÂNCIA

Inicialmente, e independentemente da denominação – “ESTRATÉGICO” – que se pretende dar ao presente Plano de Recursos Hídricos, não se pode olvidar que, o mesmo há de ser elaborado em consonância com o disposto na Lei nº 9.433/97 – que “Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamente o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989”.

Aliás, e em igual sentido, a doutrina (“Direito de Águas no Brasil” – Cid Tomanik Pompeu – 2ª edição, revista, atualizada e ampliada, Editora Revista dos Tribunais, pág. 212):

“7.1 Os Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (...).

7.1.2 Os planos na Lei 9.433/1997 (...).

Os planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas, elaborados pelas Agências de Água, supervisionados e aprovados pelos respectivos Comitês de Bacia, devem seguir o disposto na Lei 9.433/1997, observados os critérios gerais estabelecidos em Resolução do CNRH (Resolução CNRH 17/2001 e Termos de Referências).” (grifamos e destacamos)

Por outro lado, não se pode olvidar, ainda, que mesmo antes da instituição da Política Nacional de Recursos Hídricos, a BACIA HIDROGRÁFICA já era usada como unidade básica de planejamento, conforme disposto no Art. 20 da Lei nº 8.171/91 – que “Dispõe sobre a Política Agrícola” -:

“As bacias hidrográficas constituem-se em unidades básicas de planejamento do uso, da conservação e da recuperação dos recursos naturais.”,

o que, a partir da vigência da Lei nº 9.433/97 – que, não revogou a Lei nº 8.171/91 -, também foi recepcionado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, conforme expressamente disposto no Inciso V do Art. 1º e no Caput do Art. 8º, ambos da Lei nº 9.433/97, ou seja, respectivamente:

“Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:
(...);

V - a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;” (grifamos e destacamos) e

“Art. 8º Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.” (grifamos e destacamos)

Aliás, e em igual sentido, a doutrina (“Direito de Águas no Brasil” – Cid Tomanik Pompeu – 2ª edição, revista, atualizada e ampliada, Editora Revista dos Tribunais, pág. 204):

“6.7 A Política Nacional e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (...).

A Política baseia-se nos seguintes fundamentos: a água ser um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o seu uso prioritário é o consumo humano e a dessedentação de animais; sua gestão deve ser

descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e da comunidade e proporcionar sempre o uso múltiplo; sendo a bacia hidrográfica a unidade territorial para implementação da Política e atuação do Sistema." (grifamos e destacamos)

Contudo, e em primeiro lugar, conforme consta da própria denominação dada ao presente "Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita (PERH-MDA)", tem-se que o mesmo não tem como unidade básica de planejamento a BACIA HIDROGRAFICA, mas, apenas e tão somente, parte desta, consubstanciada nos recursos hídricos localizados, exclusivamente, na sua margem direita, o que, por óbvio e, frontalmente, ofende as disposições legais supra/retro transcritas.

II.2. Da Participação dos Usuários e das Comunidades – INOBSERVÂNCIA

Conforme dispõe o Inciso VI do Art. 1º da Lei nº 9.433/97 c/c o Art. 4º e o Caput e Parágrafo 1º do Art. 6º, ambos da Resolução CNRH nº 17/2001, ou seja, respectivamente:

"Art. 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

(...);

VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.";

"Art. 4º Caso não exista Comitê de Bacia, as competentes entidades ou os órgãos gestores de recursos hídricos serão responsáveis, com a participação dos usuários de água e das entidades civis de recursos hídricos, pela elaboração da proposta de Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica, bem como deverão implementar as ações necessárias à criação do respectivo Comitê, que será responsável pela aprovação do referido Plano." e

"Art. 6º Os diversos estudos elaborados referentes ao Plano de Recursos Hídricos serão amplamente divulgados e apresentados na forma de consultas públicas, convocadas com esta finalidade pelo Comitê de Bacia Hidrográfica ou, na inexistência deste, pela competente entidade ou órgão gestor de recursos hídricos.

§ 1º A participação da sociedade nas etapas de elaboração do Plano dar-se-á por meio de consultas públicas, encontros técnicos e oficinas de trabalho, visando possibilitar a discussão das alternativas de solução dos problemas, fortalecendo a interação entre a equipe técnica, usuários da água, órgãos de governo e sociedade civil, de forma a incorporar contribuições ao Plano." (grifamos e destacamos),

tem-se que um dos pilares da Política Nacional de Recursos Hídricos é, exatamente, a participação dos usuários e das comunidades.

Aliás, e em igual sentido, a doutrina ("Direito de Águas no Brasil" – Cid Tomanik Pompeu – 2ª edição, revista, atualizada e ampliada, Editora Revista dos Tribunais, págs. 204 e 213, respectivamente):

"6.7 A Política Nacional e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (...).

A Política baseia-se nos seguintes fundamentos: a água ser um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; em situações de escassez, o seu uso

prioritário é o consumo humano e a dessedentação de animais; sua gestão deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e da comunidade e proporcionar sempre o uso múltiplo; sendo a bacia hidrográfica a unidade territorial para implementação da Política e atuação do Sistema. (...).

7.1 Os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (...).

7.1.2 Os planos na Lei 9.433/1997 (...).

Os estudos referentes ao Plano devem ser amplamente divulgados e apresentados na forma de consultas públicas, convocadas pelo Comitê de Bacia Hidrográfica ou, na falta deste, pela entidade ou pelo órgão gestor.

A participação da sociedade nas etapas de elaboração do Plano dar-se-á por meio de consultas públicas, encontros técnicos e oficinas de trabalho, visando possibilitar a discussão das alternativas de solução dos problemas e fortalecer a interação entre a equipe técnica, usuários de água, órgãos de governo e sociedade civil, de forma a incorporar contribuições ao Plano. (...)."

Contudo, e em segundo lugar, do "Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita (PERHMDA)" em análise, verifica-se a absoluta ausência de participação dos usuários e/ou das comunidades na sua elaboração e conclusões, o que, por óbvio e, frontalmente, ofende as normas legais supra/retro transcritas.

II.3. Indicação de Soluções de Curto, Médio e Longos Prazos - Avaliação de Custos e Estabelecimento de Prazos de execução - INOBSERVÂNCIA

Dispõem o Art. 7º e o Inciso I do Parágrafo 3º do Art. 8º, da Resolução CNRH nº 17/2001, respectivamente, que:

"Art. 7º Os Planos de Recursos Hídricos devem estabelecer metas e indicar soluções de curto, médio e longo prazos, com horizonte de planejamento compatível com seus programas e projetos, devendo ser de caráter dinâmico, de modo a permitir a sua atualização, articulando-se com os planejamentos setoriais e regionais e definindo indicadores que permitam sua avaliação contínua, de acordo com o art. 7º da Lei nº 9.433, de 1997." (grifamos e destacamos) e

"Art. 8º Os Planos de Recursos Hídricos, no seu conteúdo mínimo, deverão ser constituídos por diagnósticos e prognósticos, alternativas de compatibilização, metas, estratégias, programas e projetos, contemplando os recursos hídricos superficiais e subterrâneos, de acordo com o art. 7º da Lei 9.433, de 1997. (...).

§ 3º No estabelecimento de metas, estratégias, programas e projetos, deverá ser incorporado o elenco de ações necessárias à sua implementação, visando minimizar os problemas relacionados aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, otimizando o seu uso múltiplo e integrado, compreendendo os seguintes tópicos:

I – identificação de prioridades das ações, possíveis órgãos ou entidades executoras ou intervenientes, avaliação de custos, fontes de recursos e estabelecimento de prazos de execução;" (grifamos e destacamos)

Aliás, e em igual sentido, a doutrina ("Direito de Águas no Brasil" – Cid Tomanik Pompeu – 2ª edição, revista, atualizada e ampliada, Editora Revista dos Tribunais, págs. 213/214):

"(...). Os planos fixarão as metas e indicarão soluções de curto, médio e longos prazos, com horizonte de planejamento compatível com seus programas e projetos, serão de caráter dinâmico, de modo a permitir a sua atualização, e articular-se-ão com os planejamentos setoriais e regionais, definindo indicadores que permitam sua contínua avaliação, de acordo com o disposto no art. 7º da Lei 9.433/1997. (...). Nas metas, estratégicas e nos programas e projetos, será incorporado o elenco de ações necessárias à sua implementação, visando minimizar os problemas relacionados aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, otimizando o uso múltiplo e integrado, compreendendo: identificação de prioridades das ações, possíveis órgãos ou entidades executoras ou intervenientes, avaliação de custos, fontes de recursos e estabelecimento de prazos de execução; ..." (grifamos e destacamos)

Contudo, e em terceiro lugar, do "Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita (PERHMDA)" em análise, não consta a indicação obrigatória das SOLUÇÕES DE CURTO, MÉDIO E LONGOS PRAZOS, como também, não consta a imperiosa AVALIAÇÃO DE CUSTOS E ESTABELECIMENTO DE PRAZOS DE EXECUÇÃO, o que, por óbvio, e frontalmente, também ofende as normas legais supra/retro transcritas.

Ante o exposto, deve ser acolhido e provido o presente Parecer para, complementando-se a análise e discussão da presente proposta, declarar a desaprovação do "Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Amazônica – Afluentes da Margem Direita (PERH-MDA)", elaborado, exclusivamente, pela Agência Nacional de Águas – ANA.

Ademais, por fim e s.m.j., a pretensa denominação – "ESTRATÉGICO" – para o presente Plano de Recursos Hídricos visa, fundamentalmente, afastar a observância obrigatória, aliás, imperiosa, dos ditames legais emanados da Lei nº 9.433/97 e, no particular, daqueles da Resolução do CNRH nº 17/2001, alterando uma metodologia regulamentada em princípios e operatividade fundamentada em Lei e Resolução do CNRH que impõe a plena e contínua participação dos usuários e das comunidades.

Aliás, visa, ainda, estabelecer uma abordagem funcionalista numa perspectiva economicista privilegiando a questão dos "usos dos recursos hídricos" em detrimento de outros aspectos ambientais e de gestão participativa, justificada a partir de decisão unilateral de um ente do Sistema que é o Estado.

É uma opção política para adoção de uma opção meramente técnica em detrimento de outra(s). No caso, a interlocução com o CNRH e as diretrizes da Lei nº 9.433/97 torna-se pobre e inconclusiva. A opção política para adoção do Plano "ESTRATÉGICO" é unilateral da ANA que - a despeito da qualidade técnica do estudo em análise -, vem querer se legitimar a posterior através do CNRH quando este, por forçada lei trabalha com marco referencial "Plano de Bacias" e não um "Plano ESTRATÉGICO".

P. deferimento. Belo Horizonte p/Brasília, 31 de janeiro de 2011

Otávio Gonçalves Freitas – OAB/MG 70.169 Assessoria Jurídica do FONASC-CBH

Ao Srs. PRESIDENTE DO CNRH

SECRETÁRIO DO CNRH / GERENCIA DE APOIO AO CNRH

REFERENTE REIVINDICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DO FORUM SOCIAL
TEMATICO- ENERGIA EM RELACAO AO PRH-MDA

PREZADOS SENHORES,

Com os cumprimentos das organizações que constituem o FONASC e demais participantes do FORUM SOCIAL TEMATICO – ENERGIA que aconteceu em Brasília no período DE 08 A 10 DE AGOSTO DE 2014, vem encaminhar a V.S. as reivindicações das entidades e cidadãos presentes no evento acima para que seja adotada providências quanto a aplicação da legislação que regula o uso dos recursos hídricos da região hidrográfica da margem direita do RIO AMAZONAS. Em especial, a retomada das ações relativas a efetividade do PLANO DE RECURSOS HIDRICOS DA MARGEM DIREITA DO RIO AMAZONAS que foi aprovado conforme resolução n...de

Como é de conhecimento de V.Sas a aprovação da resolução que aprovava esse plano ensejou a emergência de uma comissão de acompanhamento do plano que infelizmente não se efetivou ao mesmo tempo que se agravam os problemas decorrentes dos impactos ambientais e as consequências sociais da não observância dos usos múltiplos de maneira democrática.

Assim, reivindicamos VOSSOS encaminhamentos no sentido de por em pauta nas instancias do CNRH em especial as CTPLANO e CTAP, as questões e as para providências cabíveis relativos as reivindicações dos FORUNS DA SOCIEDADE CIVIL DAS BACIAS dos afluentes DOS RIOS, TELES PIRES, JURUENA, TAPAJOS conforme solicitação anexa assinados, e que ora se afirmam como bacias com grande emergência para aplicação de medidas competentes da política de Recursos Hídricos, sobretudo o respeito ao princípios usos múltiplos e a sustentabilidade ambiental e social das comunidades dessas regiões visivelmente impactadas atualmente por projetos de grande monta que não tem observado os fundamentos da política nacional de recursos hídricos..

FONASC CBH ENT REPRESENTATIVA DAS ORG CIVIS NO CNRH

O preço da água

Agência Pública

Por Sarah Fernandes

A água, tão central na cultura amazônica, tem se transformado em um bem caro e até mesmo perigoso em São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e Xinguara, no sudeste do [Estado do] Pará. O líquido que chega às torneiras das casas está sob a responsabilidade da Odebrecht Ambiental, que detém as concessões do serviço de abastecimento, nas três cidades e em outros sete municípios paraenses. Moradores de baixa renda, que precisam do Bolsa Família para sobreviverem, têm sentido dificuldade para pagarem as contas todo mês. Também existem reclamações de que a empresa usa cloro em excesso no tratamento, o que traz mal-estar para as crianças.

Alguns pais enfrentam o dilema entre deixarem as contas em dia ou manterem a família, o que pode resultar em cortes até na alimentação. Há moradores que viram a fatura alcançar metade do orçamento, chegando a valores próximos de R\$ 200. Nos três municípios, 4.107 pessoas vivem com até um quarto do salário mínimo por mês (o equivalente a R\$ 197), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A saída é gerenciar a economia doméstica, em uma eterna corda bamba, que onera, sobretudo, as crianças.

Muitos recorrem a fontes alternativas de água, como poços artesianos e rios da região, que podem estar contaminados. Isto expõe as crianças ao risco de terem diarreia e doenças, como febre tifoide, hepatite A e parasitoses. "A tarifa da água aperta demais o orçamento. Muitas vezes, tive que deixar de comprar coisas para as meninas, como comida ou material de escola. Houve meses em que tive que pedir dinheiro para a minha sogra, para colocar comida na mesa", afirma a dona de casa Ana Carolina Dias Palone, de Xinguara, que tem duas filhas, de cinco e sete anos. "Muitas vezes, tenho que deixar uma conta pendente para o próximo mês, para dar tempo de sobrar um dinheirinho e conseguir comprar o que elas precisam comer".

Os valores das tarifas de água foram definidos pelas prefeituras e pelas empresas, nos contratos de concessão. Os moradores, principais afetados pela mudança, tiveram oportunidades restritas de participarem da definição dos preços. "Não há, no Pará, uma agência reguladora que discuta com a Prefeitura e com a população os valores. Eu, daqui, tenho que garantir que a minha empresa continue funcionando. Somos uma companhia privada e visamos ao lucro. Não adianta ser hipócrita", diz uma das engenheiras da empresa, que teve a identidade preservada.

Cada município atendido pela Odebrecht Ambiental possui obrigações específicas, descritas no respectivo plano de água e esgoto. "A região amazônica tem minério, terra, água. Tudo isto. As empresas vêm com a intenção de se apropriarem da água e do bem público. A lógica da Odebrecht é mercantilizar a água, torná-la mercadoria", afirma Cristiano Medina, integrante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A empresa ressalta, via assessoria de imprensa, que, pelo modelo de concessão adotado nos municípios paraenses, assume a operação sob supervisão da Prefeitura e deve assegurar investimentos e prestação de serviços. Após 30 anos, as benfeitorias implantadas ficarão com os municípios.

Empresas públicas e privadas de saneamento têm as mesmas obrigações, previstas nos planos diretores das cidades onde atuam. "A diferença principal é que as empresas privadas veem na água uma forma de obterem lucro, enquanto as estatais têm o objetivo de desenvolver a região e prestarem um serviço de saúde. Assim, uma empresa estatal pode reduzir as tarifas ou subsidiar regiões pobres, sem aumentar os preços para as outras pessoas. Já a empresa privada tem que cobrar mais caro de alguém, para garantir seu lucro", exemplifica o diretor regional do Sindicato dos Urbanitários do Pará, Otávio Barbosa.

Compro conta ou pago água?

A notícia da chegada de duas pessoas de São Paulo correu depressa na zona rural do pequeno município de São João do Araguaia. Famílias inteiras saíram de suas casas de madeira, ultimavam o quintal de terra e se reuniram junto às cercas de madeira ou urame fazendo, em um modelo de organização já padronizado no local. Nas mãos, tinham as contas de água dos últimos meses. Eram os avisos de corte do

... para as pessoas que não pagam a conta de água. ... para quem, para garantir ... do Pará, Otávio

Compro conta ou pago água?